

# EVOLUÇÃO RECENTE DA AGROINDÚSTRIA RURAL ARTESANAL EM MINAS GERAIS

JOSIANE SOUZA DE PAULA & JOSÉ FLÔRES FERNANDES FILHO<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente estudo analisa as contribuições do desenvolvimento das atividades relacionadas à agroindústria artesanal rural nas unidades de produção agrícolas mineiras, procurando compreender a sua significância para o desenvolvimento do meio rural. Para isto analisou-se a estrutura e o desenvolvimento da agroindústria rural artesanal, assim como da agricultura familiar, em Minas Gerais a partir, principalmente, dos dados do Censo Agropecuário. Assim, é finalidade do presente estudo demonstrar, por meio da análise destes dados, a importância da agroindústria rural artesanal para o desenvolvimento das unidades de produção agrícolas, assim como a contribuição da agricultura familiar em relação à agricultura patronal em Minas. Do mesmo modo, busca-se também poder vincular essas informações ao plano das políticas públicas destinadas ao meio rural.

**Palavras-Chave:** *Agroindústria Rural Artesanal, Agricultura Familiar, Minas Gerais, Desenvolvimento Rural.*

## ABSTRACT

The present study reflects the social and economic impacts of the development of activities related the rural handmade industry, in production agricultural in Minas Gerais, trying to understand its significance for the rural development. Being that for this was analyzed structure and development of Rural Handmade Industry and family farming in the state of Minas Gerais from the Agricultural Census. Thus, it is purpose of the present study to demonstrate by means of the analysis of these statistics, the importance of the Rural Handmade Industry for the development in production agricultural and the contribution of family farming in relation to business agriculture in Minas. Similarly, try to also link this information to the plan of public policies for the rural areas.

**Keywords:** *Rural Handmade Industry, Family Farming, Minas Gerais, Rural Development.*

## 1. INTRODUÇÃO

Procuraremos enfatizar neste estudo a importância social e econômica da agroindústria artesanal rural em Minas Gerais. Sempre que necessário buscaremos ressaltar pontos de discussão a respeito da valorização tradicional e cultural, além de expor este setor como um meio de contribuição tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento sustentado da região. A

---

<sup>1</sup> Respectivamente, Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPQ e Orientador da pesquisa. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, Av. João Naves de Ávila 2121, Uberlândia/MG, CEP 38408-902. E-mail Bolsista: [josiane\\_udi@yahoo.com.br](mailto:josiane_udi@yahoo.com.br). E-mail Orientador: [jfernandes@ufu.br](mailto:jfernandes@ufu.br).

nossa proposta, portanto, é colaborar para esse debate, avaliando a contribuição da agroindústria rural artesanal para o desenvolvimento.

A implementação de agroindústrias rurais é almejada pela capacidade que elas têm de induzir a formação de ligações entre o capital empresarial e setores produtivos, impactando no aumento da atividade econômica no local onde são inseridas. Mas para que elas se desenvolvam é preciso haver um amplo planejamento, atenção por parte dos atores sociais envolvidos e apoio institucional. Ou seja, acredita-se que a agroindústria rural atue como indutora do processo de desenvolvimento socioeconômico no local em que se insere.

A agroindustrialização da produção agrícola se faz necessária para se agregar valor aos produtos, o que faz elevar a receita da produção, gerando oportunidades de trabalho e renda. Também visa acrescentar qualidades aos produtos perecíveis e deterioráveis, fazendo com que estes alcancem uma vida útil maior, estendendo o seu período de comercialização (Young, 2004).

O conceito de agroindústria rural artesanal que vamos aplicar é o utilizado pelo IBGE, uma vez que a principal fonte de dados são os Censos Agropecuários. Para o IBGE (2006:38), Agroindústria Rural engloba as

atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor.

Como a principal base de dados utilizados são os Censos Agropecuários vale ressaltar que o período passado entre os Censos de 1996 e 2006 está relacionado a grandes transformações na economia brasileira. De acordo com França *et al.* (2009:15), entre as transformações na economia brasileira que podemos citar, no que se refere a instituições, o Censo de 2006

capta parcialmente as mudanças decorrentes da criação do MDA em 2000 e de diversos programas criados neste período, como o Pronaf (criado em 1995 e reformulado especialmente a partir de 1999), o Proger Rural (1995) e o Garantia Safra (2002). Outros programas importantes de apoio à agricultura familiar são recentes e se encontravam em fase inicial de implantação na época do Censo: PAA (2003), Seguro da Agricultura Familiar – Proagro Mais (2004), Programa Nacional do Biodiesel (2004), Territórios Rurais (2004) e o Programa Bolsa Família (2004). Da mesma forma, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003, foi efetivado a partir do ano seguinte.

Além disso, no censo agropecuário de 2006 o IBGE nos oferece, pela primeira vez, dados da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais. A definição da agricultura familiar usada pelo IBGE foi definida segundo os critérios determinados na Lei nº 11.326. Nessa lei foi definido que agricultor familiar e o empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, desde que atenda as seguintes condições: a área não exceda quatro módulos

fiscais; a mão de obra familiar utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja superior à contratada; a renda familiar seja predominantemente gerada dessas atividades; e que a direção do estabelecimento ou empreendimento seja feita pela família. E, conseqüentemente, os agricultores ‘não familiares’ englobam os estabelecimentos que não se encaixaram na Lei nº 11.326, e também os pequenos e médios agricultores, que não se encaixaram na agricultura familiar.

No entanto, existem várias definições a respeito do que é agricultura familiar. No trabalho intitulado “*Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*” caracteriza-se os agricultores familiares através de suas relações sociais de produção, para que se possa ir além da tendência de aplicar limites para algumas categorias. Ou seja, “classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explicam, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza” (Guanziroli & Cardim, 2000:10)<sup>2</sup>. Com a finalidade de impedir que se incluíssem grandes propriedades na delimitação familiar foram utilizados três critérios para classificar os estabelecimentos do censo agropecuário de 1995/96 em familiares, são eles: a) a administração do estabelecimento fosse desempenhada pelo produtor; b) o trabalho familiar fosse superior ao contratado; c) foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes além dessa introdução: na primeira é indicada a metodologia do trabalho, na segunda são apresentados os resultados e as discussões sobre o conceito de desenvolvimento agrícola, agricultura familiar e agroindústria rural artesanal mineira, e na terceira seção apresentam-se as considerações finais.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa dará ênfase às atividades da população residente em estabelecimentos rurais que desenvolvem produtos da chamada indústria rural artesanal. Sendo a área de estudo abrangida no Estado de Minas Gerais, principalmente nos anos de 1995 e 2006.

As principais variáveis a serem estudadas aqui serão levantadas por meio de coleta de informações secundárias encontrados em relatórios de pesquisa, banco de dados de sites especializados, anuários estatísticos e artigos sobre o tema em questão. Além de consultas a

---

<sup>2</sup> As variáveis do projeto FAO/INCRA e da Lei nº 11.326 têm um núcleo comum, mas os critérios usados pelos pesquisadores do projeto FAO/INCRA são mais amplos no que diz respeito ao universo fixado pela Lei da Agricultura Familiar.

várias Instituições Governamentais, Estaduais e Órgãos de fomento ao setor. Destacam-se: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); EMATER; SEBRAE; entre outros.

As fontes de dados para este projeto são basicamente pesquisa sobre a produção, comercialização, transformação e produção da indústria rural artesanal mineira nos Censos Agropecuários de 1995-96 e de 2006, em relatórios de pesquisa, sites da internet, etc.

A análise a ser desenvolvida neste estudo terá a preocupação de não se restringir apenas à descrição dos fenômenos observados, mas também de analisar e interpretar as relações existentes entre estes fenômenos. No desenvolvimento da análise dos dados e informações a serem estudados vamos fazer uso do instrumental matemático e estatístico básico. A análise dos impactos das atividades relacionadas à indústria rural será realizada através do cálculo e análise de alguns indicadores destas unidades. Após a coleta dos dados, os mesmos serão tabulados em formas de tabelas e gráficos. Também será utilizada a forma percentual dos dados para que se possam avaliar as esperadas mudanças em nível de proporções.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Desenvolvimento Agrícola**

Para iniciar a discussão deste tema vamos distinguir desenvolvimento e crescimento econômico. Ao se tratar de desenvolvimento, pode-se dizer que é caracterizado por uma transformação política, econômica, social e cultural. O crescimento econômico considera o acúmulo de riquezas, mensurado a partir das contas nacionais pelo Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto que o desenvolvimento avalia o acúmulo de riquezas através de uma perspectiva de uma distribuição justa e igualitária, considerando a redução das diferenças econômicas e sociais (Paulani & Braga, 2005). O desenvolvimento está voltado, também, para a condição ambiental, devendo-se apresentar de forma descentralizada e sustentável, ou seja, uma visão de desenvolvimento enquanto conexão positiva das questões naturais, culturais, sociais, políticas e econômicas.

O desenvolvimento rural é necessário para que as pessoas que residem no campo consigam viver e trabalhar nesse ambiente tendo acesso a serviços e a infra-estruturas adequadas para a garantia de uma vida digna e saudável. Assim, espera-se alcançar o desenvolvimento rural

de modo sustentável<sup>3</sup> para: reparar as falhas do mercado, como a crise de preços nos alimentos; mitigar as mudanças climáticas; proporcionar o aumento do consumo e da qualidade dos alimentos; e reduzir o êxodo rural.

Muitas vezes o desenvolvimento rural tem sido adiado pelo Estado adotar políticas que privilegiam a indústria em vez da agricultura como também o espaço urbano em relação às áreas rurais. Isso ocorre devido a se considerar o desenvolvimento como sinônimo de industrialização instantânea. Essa é somente uma das dificuldades de se promover o desenvolvimento rural o que de certa forma contribui para revigorar a pobreza rural. Pois, o desenvolvimento da agricultura levará estímulo as cidades, que proporcionam mercados maiores aos produtos agrícolas, induzindo assim efeitos de encadeamento aos demais setores da economia. Outra dificuldade está na adoção de políticas macroeconômicas desfavoráveis, em que a valorização cambial reduz a competitividade da produção agrícola tanto no mercado interno quanto no externo, e a elevação da taxa de juros provoca aumento dos custos de produção, o que reflete na rentabilidade deste setor.

Quando se pensa em desenvolvimento rural no Brasil se pensa fundamentalmente no setor da chamada agricultura familiar. Isto porque a agricultura familiar brasileira, além de ter uma grande importância econômica, concentra os maiores percentuais de pobres que vivem no campo brasileiro. É importante ressaltar que a agricultura familiar pode aplicar o seu trabalho a atividades diferentes, o que supera a concepção de que ela somente está ligada à produção primária, gerando novas opções de renda e ocupação através da integração das atividades agrícolas e não-agrícolas. E isso ajuda a mantê-los no espaço rural, valoriza sua tradição, o seu conhecimento e a sua autoconfiança. Assim sendo, a aplicação em atividades diversificadas, além de contribuir para renda da família, aumenta o potencial da agricultura familiar em promover o desenvolvimento rural de maneira sustentável.

E é nesse sentido que,

a agroindústria, por suas características e desempenho, vem sendo apontada como alternativa promissora para agricultores familiares, por gerar oportunidades de trabalho e renda, pela agregação de valor aos produtos agrícolas e/ou por outras atividades industriais e de serviços, melhorando as suas condições de vida e viabilizando sua permanência no meio rural. Por sua abrangência e dimensão, constitui uma importante proposta para o desenvolvimento regional (Nadal e Dorigon, 2000 apud Young, 2004, p.16).

---

<sup>3</sup> Desenvolvimento Sustentável é definido como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem afetar a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas (Martins, 2004).

Deste modo, as atividades relacionadas à agroindústria rural artesanal familiar são importantes para o desenvolvimento sócio-econômico do ambiente rural, uma vez que estão intimamente presentes nas unidades de produção agrícolas. Conforme Fernandes Filho (2001:12) essas atividades que se relacionam com a agroindústria rural têm alta significância para o abastecimento do mercado interno e ainda sua contribuição “para a geração de emprego e receita monetária é significativamente superior àquela proporcionada pelos produtos da agricultura tradicional, como arroz, feijão e milho”. E, segundo Guanzioli (2010) geralmente os produtos da agroindústria artesanal que mais contribuem para a receita monetária dos estabelecimentos são aqueles que possuem maior porcentagem da produção destinada aos mercados. Sendo que, em geral, o resultado desse desenvolvimento local “ocasiona o aumento dos fluxos monetários internos do município ou região, provocando aumento da massa salarial e, portanto do poder de compra da comunidade” (Young, 2004, p.17).

O impulso dado às agroindústrias rurais artesanais, por exemplo, ao contribuir para redução do êxodo rural impacta de forma indireta em problemas econômicos, sociais e ambientais vividos pelos grandes centros urbanos decorrentes das migrações. Sendo assim, a agroindustrialização atua como vetor de manutenção da população no seu local de origem. Mas para que isto ocorra existe a necessidade de se instituir condições mínimas para a permanência do agricultor na atividade agrícola. Deste modo, seja qual for o objetivo de implantação das indústrias rurais, é preciso haver uma ampla contribuição para a execução de ações que se traduzam em benefícios a este segmento agrícola. Portanto, para que as agroindústrias rurais artesanais familiares se firmem como um meio capaz de impulsionar o desenvolvimento é necessário haver integração entre as medidas de apoio por parte do Estado e da movimentação dos agentes sociais interessados.

Assim sendo, essas medidas devem vir acompanhadas de propostas que possibilitem a diminuição da exclusão social e da pobreza rural para que os agricultores consigam “vencer a pobreza, isto é, ampliar suas ‘escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável” (Abramovay, 2001:28), propiciando-lhes melhores condições de habilitação, saúde e educação. Ou seja, formulação de propostas que englobem o desenvolvimento do setor agrícola juntamente ao plano social, viabilizando a permanência das pessoas no meio rural. E também que as organizações empenhadas juntamente com o Estado estabeleçam medidas de capacitação que permita à organização dos produtores de modo compatível com a conservação do meio ambiente

e a administração dos recursos naturais. Tudo isso proporcionado por instrumentos como o crédito rural, incentivos fiscais e tributários, inspeção sanitária, estímulo ao ensino e à pesquisa, assistência técnica destinada ao manejo da produção e capacitação profissional. O desafio que se coloca, portanto é promover uma agricultura ecologicamente correta e economicamente viável.

A função da agricultura familiar no que diz respeito à questão do desenvolvimento vem ganhando forças através da formulação de políticas públicas de apoio ao setor, principalmente pelo PRONAF<sup>4</sup>. Como exemplo de agentes e/ou instituições, que estão empenhados buscando contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável juntamente com o fortalecimento da agricultura familiar, podemos citar a EMATER. A EMATER-MG tem como ações promoção de assistência técnica para as famílias agricultoras, o incentivo a organização para o trabalho familiar e comunitário, proporciona cursos de formação da produção e da comercialização<sup>5</sup>. A EMATER-PR procura, por exemplo, levar a conscientização ambiental nas lavouras através da educação e conscientização do uso de agrotóxicos. Além destas instituições algumas ONG's que atuam no setor têm procurado contribuir para este desenvolvimento com ações voltadas para construção de novos mercados para os produtos da agricultura familiar, com ênfase em ações voltadas para o comércio justo.

Por fim, com a apresentação acima, podemos perceber a relevância da agricultura familiar na medida em que aponta o desenvolvimento do local em que se insere e também por poder satisfazer as necessidades humanas de maneira compatível ao meio ambiente. Dessa maneira faz-se necessário a reestruturação das políticas públicas de incentivo ao setor e, como já foi dito, a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e o planejamento de atividades relacionadas aos programas de crédito uma vez que estas ações são importantes para a sustentabilidade das unidades familiares no espaço rural.

### **3.2 A Agricultura Familiar em Minas Gerais e a Produção de Alimentos Básicos**

Nesta parte do texto trataremos da caracterização estrutural e da apresentação dos principais produtos da agricultura familiar em Minas Gerais através da análise dos dados relativos ao Censo Agropecuário nos anos de 1995-96 e de 2006.

---

<sup>4</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado por decreto presidencial em junho de 1996, primeiramente como um programa de crédito e posteriormente, incorporou outras medidas de desenvolvimento da agricultura familiar. O PRONAF tem como objetivo financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas através emprego da força de trabalho familiar, com a finalidade de aumentar a eficiência econômica das atividades exercida, isto é, para que a pequena produção possa se ampliar, buscando um ganho melhor para as famílias agricultoras. In: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Linhas\\_Programas\\_e\\_Fundos/pronaf.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Linhas_Programas_e_Fundos/pronaf.html) e <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

<sup>5</sup> In: [http://www.emater.mg.gov.br/portal.agi?flagweb=site\\_tp\\_paginas\\_interna&id=8](http://www.emater.mg.gov.br/portal.agi?flagweb=site_tp_paginas_interna&id=8)

### 3.2.1 Dados Estruturais

A estrutura fundiária pode ser entendida como o modo que se encontra organizada a propriedade da terra e o seu tamanho em certo momento. Nos dados apresentados pelo Censo Agropecuário 1995/96, havia no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais com área total de 353,6 milhões de hectares. Destes dados, o estado de Minas Gerais possuía um total de 496.677 (Tabela 1) estabelecimentos em uma área total de 40,8 milhões de hectares, representando aproximadamente 10% e 11,5% dos estabelecimentos e área total nacional, respectivamente. Em termos nacionais a agricultura familiar representava 85,5% do total de estabelecimentos e em Minas esse percentual chegava a 77,3%; um pouco menor, mas comparando-se a área total ocupada não encontraremos muita diferença, 30,5% da área total para o Brasil e 30,2% em Minas (Guanziroli & Cardim, 2000).

**Tabela 1: Minas Gerais - Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção.**

Categorias	Estabelecimentos		Área Total (1000 ha)		Valor Bruto da Produção (R\$ 1000)	
	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96	2006
TOTAL	496.677	551.617	40.811,66	32.647,55	R\$6.409.086	R\$18.839.267
Familiar	383.793	437.415	12.317,44	8.845,88	R\$1.751.690	R\$5.966.845
Não familiar	112.884	114.202	28.494,22	23.801,66	R\$4.657.396	R\$12.872.422

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 – 2006 e SADE. Adaptado pelos Autores.

Conforme os dados do Censo Agropecuário 2006 o número de estabelecimentos no país passou para 5.175.489, sendo 84,4% estabelecimentos familiares, e a área total reduziu-se para 329,9 milhões de hectares; Minas Gerais passou a ter 551.617 estabelecimentos, dos quais 79,3% são familiares e a área total reduziu-se para 32,6 milhões de hectares. O Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária mineira em 1995/96 atingiu R\$ 6,4 bilhões, dos quais 27,3% vieram da agricultura familiar. O setor agrícola recebeu R\$ 328,9 milhões em financiamento total (FT), em que somente 12,5% desse financiamento foram destinados a agricultores familiares, ou seja, a participação do setor familiar no crédito rural é baixa comparada à percentagem do VBP de que eles respondem (Guanziroli & Cardim, 2000). Já no ano de 2006, em Minas, o VBP chegou a R\$18,8 bilhões, sendo a agricultura familiar responsável por 31,7% desse valor. No Brasil, também em 2006, teve-se que aproximadamente 920 mil estabelecimentos agrícolas conseguiram financiamentos, sendo que a maior parte foi feita através de bancos (91%) e também via governo (85%). O montante de recursos arranjados sob forma de financiamento, no mesmo ano, atingiu o total de 21 bilhões de reais. Além disso, cabe ressaltar que o setor que mais realizou

investimentos foi o de estabelecimentos pequenos<sup>6</sup>. De acordo com os resultados preliminares do Censo da Agricultura Familiar 2006 o número de estabelecimentos mineiros que receberam financiamento chegou a aproximadamente: 37 mil para investimentos, 28 mil para custeio, 11 mil para manutenção do estabelecimento e apenas 787 para comercialização. (IBGE, 2009 a).

Deste modo, os dados mostram que houve um crescimento da importância da agricultura familiar em Minas Gerais, seja em termos do número dos estabelecimentos, seja em termos da participação percentual no valor bruto de produção.

Os dados da Tabela 2 permitem a análise da participação da agricultura familiar da região Sudeste e do Estado de Minas Gerais no país. O Sudeste é a terceira região no Brasil com maior número de estabelecimentos familiares (699.978), ocupando uma área de 12.789.019 ha. Minas Gerais teve o segundo maior número de estabelecimentos familiares (437.415) e também a segunda maior área de estabelecimentos familiares (8.845.883 ha) do país. E comparando-se os dados obtidos em Minas com o da região Sudeste, nota-se que a participação mineira em 2006 representava mais de 60% nos estabelecimentos da região e quase 70% da área dos estabelecimentos familiares (IBGE, 2009). Das mesorregiões a Norte de Minas é a que apresenta maior número de estabelecimentos familiares (77.717) e também a maior área (1.754.232 ha), seguido pelo Sul/Sudoeste de Minas (72.709 estabelecimentos e área de 1.111.221 ha).

**Tabela 2 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo a Grande Região, Unidade da Federação e as Mesorregiões – 2006**

Grande Região, UF e Mesorregião	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
<b>Sudeste</b>	699.978	12.789.019	222.071	41.447.150
Minas Gerais	437.415	8.845.883	114.202	23.801.664
Noroeste de Minas	13.759	691.237	5.100	3.218.225
Norte de Minas	77.717	1.754.232	13.446	4.183.268
Jequitinhonha	41.605	809.815	7.347	1.701.997
Vale do Mucuri	13.878	296.387	3.679	923.204
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	31.685	1.057.329	16.281	4.937.407
Central Mineira	8.203	311.978	3.992	1.426.719
Metropolitana de Belo Horizonte	28.821	372.024	9.417	1.194.666
Vale do Rio Doce	42.524	747.904	11.553	1.762.294
Oeste de Minas	22.637	536.549	6.558	886.960
Sul/Sudoeste de Minas	72.709	1.111.221	18.302	1.932.531
Campo das Vertentes	12.959	226.430	3.008	343.964
Zona da Mata	70.918	930.777	15.519	1.290.428

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, observa-se que houve uma alteração na participação percentual de Minas, em relação Brasil, no número de estabelecimentos e área,

<sup>6</sup> In: (<http://www.ecodebate.com.br/2009/10/01/censo-agropecuario-2006-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-area/>).

uma vez que em 1995/96 a participação mineira nos estabelecimentos familiares era de 9,4% e em 2006 ela passou para 10%. A participação na área total foi de 11,4% para 11% em 2006. A participação percentual dos estabelecimentos familiares mineiros no VBP aumentou de 9,6%, em 1995/96, para 11% em 2006. Ou seja, a tabela indica que o setor da agricultura familiar mineira ganha importância em relação ao setor do país como um todo.

**Tabela 3: Participação percentual de Minas Gerais no número de estabelecimentos, área e VBP destinado aos agricultores familiares em relação ao Brasil.**

Categorias	% Estab. s/ total	% Área Total s/ total	% VBP s/ total
1995/96	9,4	11,4	9,6
2006	10,0	11,0	11,0

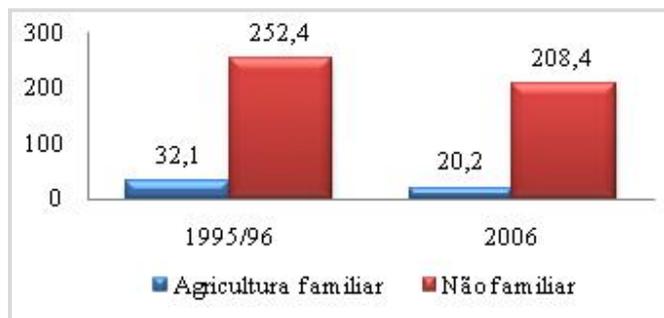
Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 1995/96 – 2006* e SADE. Adaptado pelos Autores.

Por conseguinte, da comparação feita entre os Censos Agropecuários de 1996 e 2006 notamos que o número de estabelecimentos familiares ampliou-se, porém houve redução na área total, isso tanto no país como em Minas Gerais. Além disso, vimos que o VBP praticamente triplicou o seu valor, havendo um aumento na contribuição da agricultura familiar para este montante. Logo, isso indica a ampliação da importância da agricultura familiar em Minas Gerais. Além disso, vimos que o Sudeste é terceira região em número de estabelecimentos familiares, o que é garantido em grande parte por Minas, que é o segundo estado tanto em estabelecimentos familiares como em área de estabelecimentos familiares do país.

### 3.2.2 Área Média

Analisando-se a área média dos estabelecimentos familiares nota-se que os agricultores familiares mineiros em 1995/96 apresentaram uma área média de 32,1 ha, enquanto que os estabelecimentos não familiares obtiveram uma área média de 252,4 ha (Gráfico 1). Comparando-se com os dados relativos ao ano de 2006 a área média dos estabelecimentos familiares obtidos pelo estado reduziu-se a 20,2 hectares, assim como os estabelecimentos patronais obtiveram uma área média menor de 208,4 ha. Embora as duas categorias tenham apresentado queda de área, a queda de 37% apresentada pela agricultura familiar foi significativamente maior que a apresentada pela agricultura patronal (17%). Ou seja, notamos que houve redução na área média dos estabelecimentos, no entanto essa foi expressivamente maior na agricultura familiar do que na agricultura patronal. Persistindo ainda uma grande desigualdade na distribuição espacial dos estabelecimentos.

Gráfico 1: Minas Gerais - Área média dos estabelecimentos.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 – 2006 e SADE. Adaptado pelos Autores.

Tabela 4: Minas Gerais - Estabelecimentos e Área segundo a Situação do Produtor.

Ano	Categorias	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		% Estab.	% área	% Estab.	% área	% Estab.	% área	% Estab.	% área
1995/96	Familiar	87,7	93,3	2,9	2,8	3,9	1,1	5,5	2,8
	Não Familiar	93,5	95,3	3,9	2,8	1,1	0,5	4,0	1,5
2006	Familiar	85,3	92,0	1,6	2,2	2,5	2,7	2,5	0,7
	Não Familiar	90,3	96,0	0,7	0,2	3,1	2,3	1,6	0,6

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 – 2006 e SADE. Adaptado pelos Autores.

### 3.2.4 Pessoal Ocupado

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 de 2.000.046 pessoas ocupadas na agricultura mineira, 1.293.922 estavam empregados na agricultura familiar (Tabela 5). Já nos dados de 2006, havia 1.896.924 pessoas ocupadas na agricultura em Minas, das quais 1.177.116 estavam empregados na agricultura familiar. Ou seja, fundamental no processo de formação de geração de trabalho, a agricultura familiar mineira ainda que possua apenas 27% da área total ela responde por 62,1% do Pessoal Ocupado na agricultura mineira.

Tabela 5: Minas Gerais – Número de Pessoas Ocupadas

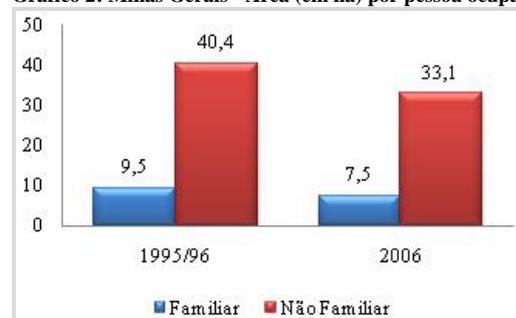
Ano	Categorias	Total	Por hectare	Familiar maior de 14 anos	Familiar menor de 14 anos
1995/96	TOTAL	2.000.046	0,049	1.082.590	159.672
	Familiar	1.293.922	0,105	917.542	146.310
	Não Familiar	706.124	0,025	165.048	13.362
2006	TOTAL	1.896.924	0,058	1.815.122	81.802
	Familiar	1.177.116	0,133	1.113.386	63.730
	Não Familiar	719.808	0,030	701.736	18.072

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 – 2006 e SADE. Adaptado pelos Autores.

No Brasil os agricultores familiares ocupavam, em 1995/96, 8 ha contra 67 ha dos patronais. Já no Sudeste eram necessários 9 ha por pessoa para agricultores familiares e 33 ha

para os patronais (Guanziroli & Cardim, 2000). Com esses dados percebemos uma maior eficiência da agricultura familiar em gerar ‘emprego’ por hectare. Podemos ver que as informações indicam que a agricultura familiar em Minas para criar uma ocupação precisa de aproximadamente 7,5 ha, já no setor da agricultura patronal faz-se necessário 33,1 ha para cada pessoa ocupada (Gráfico 2). Portanto, em relação à agricultura tradicional a agricultura familiar gera 4,43 vezes mais ocupações por hectare que a agricultura patronal, ou seja, quando calculado a quantidade de pessoas ocupadas por unidade de área, os agricultores familiares ocupam um número maior de pessoas por hectares. Podemos concluir com isso que a agricultura familiar possui maior eficiência no uso da área que ocupa em termos de geração de ocupação.

Gráfico 2: Minas Gerais - Área (em ha) por pessoa ocupada



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 1995/96 - 2006* e SADE. Adaptado pelos Autores.

Deste modo, é importante a aplicação de ações que visem à melhoria de condições tanto de vida quanto de trabalho para os agricultores familiares, mas principalmente para a grande fração deles que vivem com uma renda muito pequena. Ações no que diz respeito ao acesso a alguns serviços fundamentais, ou seja, que tenham suas necessidades básicas atendidas. Porque através dessas ações estaria se contribuindo para diminuir êxodo rural e, principalmente, para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

### 3.2.5 Principais Produtos da Agricultura Familiar Mineira

O censo agropecuário de 2006 comprovou a eficiência da agricultura familiar em produzir mais em menor área <sup>7</sup>. No Brasil, o setor detém aproximadamente 75% da mão de obra no meio rural, sendo responsável pela segurança alimentar no país. E é ela que produz 87% da mandioca, 70% do feijão e 58% do leite consumidos no país.

<sup>7</sup> In: (<http://www.ecodebate.com.br/2009/10/01/censo-agropecuário-2006-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-área/>).

Na Tabela 6 apresentamos alguns dos principais produtos da agricultura familiar em Minas Gerais. Uma das atividades de destaque é a pecuária leiteira. Esta atividade tem a maior quantidade produzida, é a segunda no número de estabelecimentos e no valor da produção (VP). Essa atividade obteve um VP de R\$1.107.147.842 com média de R\$6.595,0 por estabelecimento. Outro destaque para o estado, é o café. O VP de café (R\$1.570.316.431) é o maior entre as atividades analisadas, alcançando o segundo lugar na área colhida (305.913) e no valor médio da produção (R\$13.786,4).

Das demais atividades as que mais se destacam em número de estabelecimentos informantes é a criação de aves (259.079), e a criação de suínos (150.650). Mas quando analisado o quanto essas atividades contribuem na média para o VP, percebemos que representam um valor muito pequeno. Outra importante atividade para o estado é o plantio de soja. Pois, mesmo com apenas 420 estabelecimentos o cultivo de soja apresentou o valor médio da produção de R\$ 52.753,5 (a maior do estado).

**Tabela 6: Agricultura Familiar: Minas Gerais - Principais Produtos 2006.**

Produto	Estab. Produtores	Quantidade produzida (kg)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R\$)	VP da AF/VP Total do estado	Valor médio da produção	Rendimento (kg/ha)
Arroz em casca	17.422	56.127.875	26.393	R\$ 27.800.643	31,9%	R\$ 1.596	2.126,6
Feijão	111.980	101.046.739	128.429	R\$ 104.965.404	34,6%	R\$ 937	786,8
Mandioca	44.413	356.204.705	40.909	R\$ 97.760.855	85,0%	R\$ 2.201	8.707,2
Milho em grão	149.964	2.398.941.033	577.722	R\$ 691.317.018	44,1%	R\$ 4.610	4.152,4
Soja	420	50.603.393	20.901	R\$ 22.156.474	2,9%	R\$ 52.754	2.421,1
Café	113.903	407.095.879	305.913	R\$ 1.570.316.431	29,3%	R\$ 13.786	1.330,8
Suínos	150.650	1.019.405 <sup>a</sup>	-	R\$ 99.323.206	26,4%	R\$ 659	-
Aves	259.079	32.659.819 <sup>b</sup>	-	R\$ 69.664.182	15,7%	R\$ 269	-
Pec. Leite	167.877	2.520.415.936 <sup>c</sup>	-	R\$ 1.107.147.842	43,6%	R\$ 6.595	-

<sup>a</sup> Número de cabeças em 31.12; <sup>b</sup> Número de cabeças em 31.12; <sup>c</sup> Em litros.  
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Quando observamos o quanto representa a produção destes produtos em relação ao total produzido no estado, nota-se que os estabelecimentos familiares contribuem com: 85% do VP de mandioca do estado; 44,1% do VP de milho; 43,6% do VP de leite; 34,6% do VP de feijão; 31,9% do VP de arroz; 29,3% do VP de café; 26,4% do valor da criação suínos; 15,7% do VP das aves; 2,9% do VP de soja. E analisando os rendimentos médios de seis dessas atividades, observa-se que a mandioca tem a maior quantidade produzida por área colhida (8.707,2 kg/ha), seguida pelo milho em grão (4.152,4 kg/ha) e pela a soja (2.421,1 kg/ha).

### 3.2.6 O PIB da agricultura familiar

Analisando-se a distribuição do PIB das cadeias produtivas agropecuárias segundo o tipo de produtor no Brasil, em 2005 os estabelecimentos familiares contribuíram com 32% no valor do PIB, sendo 19% da cadeia agrícola e 13% da cadeia produtiva da pecuária familiar. Da análise da evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura, e dos demais setores de atividade no PIB no país, podemos perceber que não houve uma tendência de crescimento da participação da agricultura familiar no PIB nacional entre os anos de 1996 e 2005, pois a mesma se manteve numa média de 9,3%. Mesmo assim, a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar se manteve ao longo desses dez anos significativa para a avaliação do PIB agropecuário (Estatísticas do Meio Rural, 2008).

E conforme Guilhoto *et al.* (2007) a porcentagem do PIB da Agricultura Familiar no PIB total do estado foi de 5,73% em 2002, 6,01% em 2003, 5,78% em 2004 e 5,36% em 2005. Sendo que a agricultura familiar contribuiu para o PIB do Agronegócio em 23,79% no ano de 2002; 24,71% em 2003 e 23,51% em 2004. E no que tange ao PIB do Agronegócio Familiar em Minas Gerais no período de 2002 a 2005, entre as culturas de maior destaque para a agricultura familiar mineira está o café, a mandioca, o feijão e frutas. O café é o produto de maior destaque visto que teve uma participação de 36,6% (2002), 30,6% (2003), 41,7% (2004) e 35,9% (2005) em relação ao valor total do setor. O cultivo de frutas teve uma participação relevante no ano de 2002 com 20,2% do valor total do setor. Já a mandioca teve uma participação média de 11,5% nesses quatro anos e o feijão contribuiu em média com 10,5% para o setor.

### **3.3 A Agroindústria Rural em Minas Gerais**

Neste item vamos fazer uma análise da agroindústria rural em Minas Gerais de forma a compreender a sua significância para o desenvolvimento da agricultura.

#### *3.3.1 Agroindústria Familiar*

O setor da agroindústria familiar é formado por pequenos produtores de alimentos que residem no meio rural e promovem o beneficiamento destes produtos de modo artesanal, em sua maioria com baixo teor tecnológico. Os produtos mais comuns da agroindústria rural artesanal familiar são: queijo e/ou requeijão, farinha de mandioca, fubá, rapadura, conservas, dentre outros.

Alguns autores consideram que as agroindústrias costumam surgir no ambiente rural em regiões que a agricultura familiar prevalece e, também, em locais em que os mercados de trabalho destinados às tarefas não-agrícolas intersetoriais são precárias ou aproximadamente nulas

(Schneider, 2005 *apud* Wesz Junior & Trentin, 2006). O aparecimento das agroindústrias rurais comandada pelos agricultores familiares ocorre de diversas maneiras e depende de condições sociais e econômicas, além do empreendedorismo dos agricultores que procuram meios de elevar a sua renda. Ou seja, sua origem esta sujeita a arte dos agricultores em aplicar os meios sociais e produtivos disponíveis e/ou explorar condições adequadas de acordo com os seus objetivos. Desse modo, temos que a configuração da agroindústria familiar se altera de acordo com a sua inserção no território e no tempo, apresentando-se de modo diversificado e heterogêneo.

Conforme Ruiz *et al.* (2002:3),

A agroindústria familiar se constitui a partir de motivações de natureza econômica e social. A principal motivação é de ordem econômica, ou seja, a agregação de valor aos produtos via transformação artesanal ou semi-artesanal aos excedentes que os produtores rurais não conseguem comercializar *in natura*. Dentre as motivações sociais mais relevantes destacam-se a fixação do produtor na propriedade rural e a manutenção da integridade familiar via envolvimento de todos na produção, inclusive das donas de casa.

O desenvolvimento das atividades de transformação artesanal nas unidades de produção da agricultura familiar é possível devido ao fato do tempo de execução das atividades agrícolas não ser mais o mesmo, por conta de “inovações tecnológicas e à sazonalidade da produção” (Campos *et al.*, 1999:5). Assim as agroindústrias rurais promoveriam contribuições ao valor da produção e à receita do estabelecimento através da possibilidade de aumentar o valor agregado dos produtos, empregando os trabalhadores agrícolas excedentes, diminuindo o êxodo rural.

Nesse processo todo o conhecimento tradicional é valorizado de modo a se desenvolver como uma opção positiva para a reintrodução da pequena produção na esfera econômica. E isso contribui para manter essas famílias agricultoras no espaço rural através da valorização da cultura, do aumento da sua autoconfiança, do seu conhecimento e do resgate das tradições. Além de poder atuar como meio de promoção do desenvolvimento regional, uma vez que a “transformação agrícola” aproximará produção e o consumo, integrando o território regional, podendo contribuir para uma nova dinâmica nas relações entre o rural e o urbano. No mais, a renda gerada por essas atividades não-agrícolas pode sustentar o nível de pessoal ocupado (uma vez que tem uso intensivo de mão-de-obra) e também impulsionar as atividades agrícolas, visto que essa última será favorecida e ou modificada pela agroindústria rural, com as duas atuando de modo complementar.

Como já explicitado, a agroindústria surge para as unidades de produção familiares como uma estratégia de reprodução das famílias. Os produtos que são transformados artesanalmente

carregam consigo muitas vezes uma denominação histórico-cultural, como por exemplo, o queijo, a cachaça e a farinha que são produzidas em determinadas localidades do território mineiro. Deste modo, a denominação de origem surge como um elemento que tem a possibilidade de distinguir o produto no mercado.

Portanto, vemos que nessas áreas a interação das atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas exprime uma estratégia que os agricultores familiares formam como uma escolha conveniente para garantir a sua conservação e reprodução social no meio rural. Pois, o desenvolvimento do meio rural esta sujeito ao aparecimento de iniciativas que beneficiem a ampliação, a conservação e o reinvestimento da renda, dando estímulos ao comércio local.

Além disso, Fernandes Filho & Campos (2003:873-4) nos mostra que a indústria rural possui uma contribuição significativa a oferecer ao desenvolvimento do ambiente rural, particularmente nas regiões em que os vários fatores estruturais diminuem a competitividade da produção destinada ao comércio das atividades de caráter tradicional.

Contudo, a conservação das agroindústrias rurais familiares num ambiente de concorrência esta sujeito à habilidade de interagir com os elementos de sua cadeia produtiva. No mais, um problema a ser superado pelos agricultores que propõem formar agroindústrias rurais está na constituição de procedimentos legais no âmbito trabalhista, tributário, sanitário, dentre outros (Wesz Junior & Trentin, 2006). Por isso, é importante que se estimule a formulação de políticas diferenciadas de apoio à indústria rural, voltadas especialmente para assistência técnica, crédito, pesquisa, financiamento, e comercialização da produção. O importante a ressaltar é que quando os agricultores recebem capacitação e treinamento, isso traz benefício não só ao desenvolvimento das tarefas não-agrícolas, mas também as tarefas agrícolas por eles realizadas.

Atualmente existem várias ações de incentivo ao desenvolvimento da agroindústria rural. No âmbito do governo federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares<sup>8</sup>, busca apoiar a inserção das famílias agricultoras no processo de agroindustrialização e comercialização da produção. Isso ocorre por meio da disponibilização de crédito rural para os agricultores, e também por várias ações que facilitam o acesso a esses recursos, além da assistência técnica e da capacitação dos produtores. Tudo isso contribui para que essas famílias possam ter melhores condições de vida, através de maiores oportunidades de trabalho, da agregação de valor aos

---

<sup>8</sup> Programa Agroindústrias do MDA (<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/agroindustrias/2293757>).

produtos e geração de renda. A Embrapa, por exemplo, habilita técnicos em boas práticas de fabricação para que assim se possa ter qualidade e segurança nos alimentos que são processados nas agroindústrias e também redução dos custos e evitar o desperdício.

No âmbito estadual podemos citar o Programa Minas Artesanal: Valorizando a Agricultura Familiar Mineira do Governo de Minas Gerais<sup>9</sup>. Este programa tem o intuito de impulsionar a geração de emprego e renda dos agricultores familiares em Minas Gerais, da mesma forma que busca a agregação de valor aos produtos, através de uma atuação que favoreça o desenvolvimento da Agroindústria Rural Artesanal. Tendo como objetivo promover elevação da competitividade dos produtos da agroindústria familiar, favorecendo, adequando e realizando a inserção destes produtos no mercado. O programa ainda desempenha a profissionalização e o acompanhamento técnico dos agricultores familiares, e também é disponibilizado um selo do programa para os agricultores anexarem em seus produtos.

Os programas de apoio a esse setor, portanto, devem conter objetivos que busquem dar aos produtores familiares capacitação no que se refere a melhores práticas de manipulação, higiene, processamento, comercialização e produção. Contendo metas que busquem viabilizar novas unidades agroindustriais e realização de eventos que dêem maior visibilidade ao setor, como feiras destinadas à venda dos produtos beneficiados pelos produtores. Como exemplo, podemos citar a Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais (Agriminas), feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), recebendo a contribuição do Governo de Minas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Banco do Brasil e Senar Minas. Essa feira é capaz de promover o intercâmbio de informações e a capacitação dos agricultores que são fundamentais para um bom desenvolvimento do empreendimento familiar e para garantir a qualidade dos produtos, uma vez que promove uma maior visibilidade do setor junto à sociedade e ao mercado. Além de propiciar a venda dos produtos e de contratos futuros, os agricultores contam com palestras temáticas sobre meio ambiente, certificação e qualidade da produção<sup>10</sup>.

De acordo com o Censo de 2006 temos que de 32.492 estabelecimentos que informaram produzir produtos da agroindústria 81,5% são estabelecimentos familiares, os quais obtiveram uma receita no valor de R\$ 204,8 milhões. A receita por estabelecimento advinda de produtos da agroindústria atingiu o valor total de R\$17.925,80, esse valor representa 44,8% das receitas médias obtidas pelos estabelecimentos em Minas Gerais no ano de 2006. Os estabelecimentos

---

<sup>9</sup> In: (<http://www4.emater.mg.gov.br/ciagro/bin/prg/artesanal/programa.mht>).

<sup>10</sup> In: ([http://www.freshplaza.es/news\\_detail.asp?id=26061](http://www.freshplaza.es/news_detail.asp?id=26061)).

familiares obtiveram uma receita média de R\$7.730,9, oriunda dos produtos da agroindústria, o que representa 52,9% das receitas médias obtidas pelos estabelecimentos familiares.

**Tabela 7: Receitas Obtidas e Valor da produção da Agroindústria nos estabelecimentos no ano - Minas Gerais - 2006**

Categoria	Receitas dos Produtos da Agroindústria			Valor agregado da agroindústria <sup>a</sup>		
	Estabelecimentos	Valor (R\$1 000)	Receita/estab.	Estabelecimentos	Valor (R\$1 000)	Valor/estab.
<b>Total</b>	<b>32.492</b>	<b>R\$582.444</b>	<b>R\$17.925,8</b>	<b>48.872</b>	<b>R\$547.180</b>	<b>R\$11.196,2</b>
<b>Agricultura familiar</b>	26.486	R\$204.761	R\$7.730,9	40.686	R\$200.788	R\$4.935,1

<sup>a</sup>O valor agregado da agroindústria corresponde ao valor total da produção menos o valor da matéria-prima utilizada.  
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autoreses.

E por fim, em 2006 o valor agregado da agroindústria mineira atingiu R\$547,2 milhões, dos quais R\$200,8 milhões vieram de estabelecimentos familiares. O valor agregado médio da agroindústria familiar atingiu aproximadamente R\$4.935,10 por estabelecimento (Tabela 7).

Em estudo realizado pela Emater-MG acerca da realidade do artesanato da agricultura familiar em Minas Gerais, se afirma que:

O Estado de Minas Gerais possui um dos mais variados e ricos acervos do artesanato brasileiro. A pluralidade do artesanato mineiro vem da riqueza cultural e da variedade de recursos naturais existentes. A atividade artesanal, como forma de expressão de cultura popular, mantém vivas a cultura e a identidade mineira, além de gerar ocupação produtiva para muitas pessoas, sendo importante fonte de renda para as famílias<sup>11</sup>.

Essa instituição concede apoio ao trabalho artesanal, uma vez que o mesmo pode atuar como vetor do desenvolvimento local, do retorno as tradições, da valorização da cultura e da afirmação da identidade territorial.

Nessa mesma linha de pesquisa, a Emater-MG fez também um diagnóstico das agroindústrias artesanais mineiras<sup>12</sup> com o objetivo de evidenciar a realidade desse setor e com isso se orientar as políticas públicas voltadas a ele. De acordo com a pesquisa, comprovou-se que em Minas a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar “é mais que uma tradição, é uma forma de aumentar a renda das famílias rurais, valorizar a cultura e gerar ocupação”. Esse trabalho foi feito no ano de 2008 por meio de questionários aplicados a agricultores familiares envolvidos com atividades transformação de alimentos, isto é, estabelecimentos de agroindústria artesanal de alimentos. A população total da pesquisa conta com 1.153 estabelecimentos, situados em aproximadamente 70% dos municípios mineiros. Encontrando-se 15.243 Agroindústrias Artesanais de Alimentos na área abrangida pela pesquisa.

<sup>11</sup> In: (<http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/cartilha%20pesquisa%20diagnóstico%20do%20artesanato.pdf>).

<sup>12</sup> In: (<http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/cartilha%20realidade%20da%20agroindustria%20artesanal.pdf>).

Os dados obtidos pela Emater-MG mostram que 72% dos estabelecimentos são familiares. Da amostra total (1.153 estabelecimentos) 72,7% informaram qual agroindústria desenvolvem. Tem-se que, 37,2% processam leite, 24,6%, cana-de-açúcar, 24,0%, frutas e outros vegetais, 19,3%, mandioca, e 2%, carnes. Sendo que a agroindústria da mandioca é a que ocupa um número maior de pessoas e em contraste temos a agroindústria de carnes que gera um número menor de ocupações. Outra importante constatação foi que somente 6% dos estabelecimentos possuem alvará sanitário. Dos quais, contam com registro: 47,8% no Sistema de Inspeção Municipal ou na Vigilância Sanitária; 34,3% no Instituto Mineiro de Agropecuária e 10,4% Sistema de Inspeção Federal. A ausência do alvará está ligada principalmente as dificuldades que os agricultores familiares encontram em obtê-lo, ou seja, falta uma legislação específica aos empreendimentos familiares. Além disso, destacou-se que a principal matéria prima utilizada pelos estabelecimentos entrevistados é o leite (32,4%), seguido pela cana-de-açúcar (23,5%), a mandioca (18%), dentre outros. No que tange a comercialização dos produtos, viu-se que aproximadamente 84% dos produtos são comercializados em Minas Gerais, e o restante fora do estado (principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro).

Por fim, o estudo da Emater-MG concluiu que muitos dos fatores que influenciam no funcionamento destes empreendimentos está ligado a questões da legislação fiscal, ambiental, sanitária e previdenciária. Sendo assim, é preciso que se aprimorem estas questões para que se consiga garantir a eficiência e competitividade das agroindústrias rurais artesanais mineiras.

### *3.3.2 Agroindústria Mineira*

No que diz respeito à função da agroindústria rural enquanto promotora do desenvolvimento rural, este estudo procura dar ênfase às atividades desenvolvidas no estado de Minas Gerais. Nesse item chamaremos a atenção nos seguintes produtos da agroindústria rural: Aguardente de cana, Fubá, Farinha de mandioca, Queijo e/ou requeijão, Rapadura e Tapioca e/ou goma. Analisaremos a importância dos produtos ou atividades em termos do universo de estabelecimentos que os desenvolvem e também o valor da produção nas diversas regiões.

Da Tabela 8 temos que para Minas Gerais, dos produtos de agroindústria rural selecionados, a produção de Queijo e/ou requeijão foi a que teve o maior número de estabelecimentos informantes (18.311), seguido pela produção de Farinha de mandioca (16.754) e pela produção de Fubá (5.343). Mas, quando levado em conta o valor da produção vemos que

os produtos que tem grande representatividade para a indústria rural mineira são: Queijo e/ou requeijão (R\$ 157.116.000); Aguardente de cana (R\$ 40.729.000); Farinha de mandioca (R\$ 16.069.000) e Rapadura (R\$ 8.175.000).

**Tabela 8: Minas Gerais – Número de estabelecimentos e Valor da Produção, segundo variáveis selecionadas – 2006**

Produtos	1995/1996		2006	
	Estabelecimentos	Valor da Produção (R\$1000)	Estabelecimentos	Valor da Produção (R\$1000)
Aguardente de Cana	8.466	R\$29.967,00	4.238	R\$40.729,00
Fubá	21.242	R\$10.080,00	5.343	R\$4.371,00
Farinha de Mandioca	32.978	R\$9.758,00	16.754	R\$16.069,00
Tapioca e/ou Goma	10.449	R\$5.321,00	5.121	R\$6.895,00
Queijo e/ou Requeijão	57.837	R\$172.441,00	18.311	R\$157.116,00
Rapadura	14.817	R\$11.369,00	4.330	R\$8.175,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Elaboração dos Autores.

No entanto, ao analisarmos a evolução recente destes produtos vemos que no ano de 2006 há um forte declínio no número de estabelecimentos produtores dos produtos da indústria rural analisados. Como os dados mostram que todas estas atividades da indústria rural apresentaram queda em termos de número de produtores, isso nos leva a crer que a redução na produção de um produto não está ligada ao aumento da atividade de produção de outro produto de indústria rural. Para tentar compreender o que está ocorrendo vamos avaliar a produção de produtos básicos para apurarmos se o seu comportamento nos auxilia esclarecer a queda na produção dos produtos da agroindústria artesanal mineira. Da tabela 9 vemos que, no que tange ao número de estabelecimentos informantes novamente observamos que ocorre inflexão para todos os produtos. Porém, ao olharmos a quantidade produzida nota-se que há um aumento na produção destes produtos, exceto para o arroz.

**Tabela 9. Número de informantes e quantidade produzida dos produtos básicos em Minas Gerais - 1995-96/2006.**

Produtos	Arroz em casca (t)		Feijão (t)		Mandioca (t)		Milho em grão (t)		Leite <sup>a</sup> (mil litros)	
	1995-96	2006	1995-96	2006	1995-96	2006	1995-96	2006	1995-96	2006
Informantes <sup>a</sup>	77.411	20.244	218.764	131.617	69.764	52.160	269.688	181.678	3.426.615	3.181.441
Quant. produzida	167.184	127.109	205.855	316.128	311.497	425.920	3.062.302	5.118.332	5.499.862	5.626.976

<sup>a</sup>No caso de leite a informação se refere ao número de vacas ordenhadas porque no Censo Agropecuário de 1995 não há informação para número de produtores.  
Fonte: Censo Agropecuário, 1995-96 e 2006. Elaboração dos Autores.

No mais, outro ponto que pode nos ajudar a entender essa redução que está ocorrendo na produção da indústria rural mineira é segundo Fernandes Filho (2007) é a evolução de pessoal ocupado na agricultura. Segundo o autor, a redução no número de pessoas ocupadas na agricultura ocorreu em todo o país, desde 1985. Mas, esta queda é significativamente maior no estado de Minas Gerais. Assim se conclui que as atividades de agroindústria artesanal, que são

mais intensivas no uso de mão-de-obra, acabam sendo mais afetadas com a redução do pessoal ocupado na agricultura. As atividades agrícolas tradicionais, por outro lado, não são tão afetadas devido ao intenso processo de modernização que a agricultura tem passado. Além disso, o autor aponta também outros fatores que podem contribuir para a queda das atividades da agroindústria, como por exemplo, o aumento do custo de produção no meio rural e a pequena efetividade de programas de apoio ao setor.

Agora passaremos a analisar os produtos da agroindústria rural mineira separadamente e o primeiro produto que analisaremos é a Aguardente de cana. Dos dados apresentados no censo agropecuário de 2006, Minas Gerais aparece como sendo o principal produtor de cachaça artesanal do país e como o primeiro em valor da produção. Conforme a Tabela 10, no estado as mais importantes mesorregiões produtoras de cachaça artesanal são Norte de Minas (1.738 estabelecimentos), Jequitinhonha (643 estabelecimentos), Metropolitana de Belo Horizonte (628 estabelecimentos) e Vale do Rio Doce (306 estabelecimentos).

A título de exemplificação podemos citar o município de Salinas localizado no Norte de Minas. Salinas é considerado referência nacional no que tange a qualidade de sua cachaça. Esse produto remete as heranças históricas da região, pois a produção de cachaça em Salinas se desenvolveu com a chegada dos primeiros fazendeiros na região, acompanhando os passos da pecuária. A aguardente produzida em Salinas guarda à tradição, pois ela é feita acompanhando todas as etapas da produção de modo artesanal, sendo que essa característica lhe confere a reputação e o reconhecimento do elevado padrão de qualidade de sua cachaça (Oliveira, 2002).

A concentração da produção de cachaça nas regiões descritas acima não coincide com a da produção de atividades tradicionais como a de café, milho e leite. A produção de cachaça se concentra nestas regiões por vários motivos, além de questões culturais. Ocorre principalmente pelas condições agro-ambientais destes locais que enfrenta limites para as atividades agrícolas tradicionais, “uma vez que a sua produção exige uma série de características particulares em termos de solo, precipitação pluviométrica, temperatura e horas de luz solar média diária” e ainda devido à mesma gerar uma renda média superior àquela proporcionada pelas atividades tradicionais (Fernandes Filho, 2007:27). O autor aponta também que a produção de aguardente de cana se ajusta melhor com atividades de cultivo temporário, uma vez que estas possivelmente não competem intensamente pela mão-de-obra de que se pode dispor no estabelecimento rural, dado que a atividade de lavoura temporária é mais elevada no período das águas e a de cachaça em

períodos de seca. Ou seja, a produção de cachaça geralmente não possui o mesmo ciclo de produção de atividades tradicionais como arroz, feijão, mandioca e milho e o fato de se desenvolver uma atividade não tende a afetar o desenvolvimento de outra.

Da Tabela 10, temos que o valor da produção anual de cachaça artesanal por estabelecimentos agropecuários mineiros é de R\$9.610,44. Do total obtido pelo estado, as mesorregiões que apresentam um valor médio da produção por estabelecimento menor são: Norte de Minas (R\$ 5.269,3), Jequitinhonha (R\$ 5.619,5), Vale do Rio Doce (R\$ 6.071,9) e Vale do Mucuri (R\$ 6.703,9). Mesmo que aparentemente esses valores possam parecer pequenos, eles se apresentam relativamente elevados se comparados com o valor médio que os produtores dessas mesorregiões obtêm em termos médios com a produção de produtos tradicionais (Tabela 11).

**Tabela 10 - Produção e valor da produção de Aguardente de cana segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Quantidade vendida (mil litros)	Valor da produção (1.000 R\$)	Valor médio
		Própria (mil litros)	Adquirida (mil litros)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.238</b>	<b>24.000</b>	<b>3.691</b>	<b>24.539</b>	<b>R\$40.729,00</b>	<b>R\$9.610,4</b>
Noroeste de Minas	9	136	143	279	R\$1.493,00	R\$165.888,9
Norte de Minas	1.738	7.838	1.262	8.017	R\$9.158,00	R\$5.269,3
Jequitinhonha	643	1.903	112	1.860	R\$3.613,00	R\$5.619,5
Vale do Mucuri	179	681	147	764	R\$1.200,00	R\$6.703,9
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	651	68	671	R\$1.679,00	R\$25.439,4
Central Mineira	41	474	183	599	R\$1.204,00	R\$29.365,9
Metropolitana de Belo Horizonte	628	3.377	753	3.813	R\$8.252,00	R\$13.140,1
Vale do Rio Doce	306	1.309	151	1.394	R\$1.858,00	R\$6.071,9
Oeste de Minas	92	1.091	93	1.080	R\$1.629,00	R\$17.706,5
Sul/Sudoeste de Minas	156	2.095	317	1.787	R\$3.980,00	R\$25.512,8
Campo das Vertentes	70	589	165	706	R\$1.521,00	R\$21.728,6
Zona da Mata	310	3.856	296	3.570	R\$5.142,00	R\$16.587,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

**Tabela 11. Valor médio da produção por estabelecimento dos Principais Produtos, segundo Minas Gerais e Mesorregiões – 2006. Em R\$.**

UF e Mesorregiões	Arroz	UF e Mesorregiões	Feijão	UF e Mesorregiões	Mandioca	UF e Mesorregiões	Milho	UF e Mesorregiões	Leite
<b>Minas Gerais</b>	4.303,02	<b>Minas Gerais</b>	1.113,57	<b>Minas Gerais</b>	2.203,93	<b>Minas Gerais</b>	8.628,10	<b>Minas Gerais</b>	11.354,50
Vale do Mucuri	652,26	Jequitinhonha	283,12	Vale do Rio Doce	1.159,05	Jequitinhonha	491,99	Norte de Minas	3.432,36
Jequitinhonha	904,96	Metr.de Belo Horizonte	321,68	Zona da Mata	1.414,10	Vale do Mucuri	595,58	Jequitinhonha	3.453,67
Campo das Vertentes	1.275,43	Central Mineira	511,00	Campo das Vertentes	1.485,20	Norte de Minas	1.849,43	Vale do Rio Doce	7.834,97
Metropolitana de Belo Horizonte	1.323,04	Vale do Rio Doce	694,65	Metr. de Belo Horizonte	1.505,47	Vale do Rio Doce	2.418,64	Vale do Mucuri	9.989,72
Oeste de Minas	1.967,83	Norte de Minas	827,76	Vale do Mucuri	1.654,88	Metr. de Belo Horizonte	4.280,01	Sul/Sudoeste de Minas	11.040,11
Vale do Rio Doce	2.156,41	Sul/Sudoeste de Minas	916,83	Norte de Minas	1.808,33	Sul/Sudoeste de Minas	11.688,73	Metr. de Belo Horizonte	11.605,24
Sul/Sudoeste de Minas	2.278,92	Oeste de Minas	1.097,76	Jequitinhonha	2.330,62	Oeste de Minas	11.947,87	Campo das Vertentes	12.226,75
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4.714,72	Vale do Mucuri	1.554,92	Central Mineira	2.370,71	Central Mineira	16.086,96	Oeste de Minas	14.500,50
Central Mineira	7.450,63	Campo das Vertentes	2.072,14	Noroeste de Minas	3.624,48	Campo das Vertentes	31.095,30	Noroeste de Minas	14.876,39
Norte de Minas	8.149,24	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	52.713,08	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4.106,89	Noroeste de Minas	36.905,36	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	21.341,04
Noroeste de Minas	14.896,28	Noroeste de Minas	59.724,88	Sul/Sudoeste de Minas	6.555,12	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	69.749,42	Central Mineira	28.671,21

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Na produção de Fubá, as mais importantes mesorregiões produtoras são Zona da Mata (2.238 estabelecimentos), Metropolitana de Belo Horizonte (1.303 estabelecimentos), Vale do Rio Doce (522 estabelecimentos) e Jequitinhonha (440 estabelecimentos). O valor médio obtido por estabelecimento no estado foi de R\$818,1. Sendo que em comparação com o total obtido pelo estado, as mais importantes mesorregiões produtoras apresentam um valor médio da produção por estabelecimento menor do que a média do estado (Tabela 12).

**Tabela 12: Produção e valor da produção de Fubá, segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Quantidade vendida (t)	Valor da produção (1 000 R\$)	Valor médio
		Própria (t)	Adquirida (t)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>5.343</b>	<b>9.581</b>	<b>3.220</b>	<b>4.484</b>	<b>R\$4.371,00</b>	<b>R\$818,1</b>
Noroeste de Minas	85	264	195	199	R\$74,00	R\$870,6
Norte de Minas	50	25	8	8	R\$11,00	R\$220,0
Jequitinhonha	440	56	4	10	R\$50,00	R\$113,6
Vale do Mucuri	3	1	-	1	R\$1,00	R\$333,3
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6	157	17	8	R\$46,00	R\$7.666,7
Central Mineira	12	1.357	1.200	2.100	R\$727,00	R\$60.583,3
Metropolitana de Belo Horizonte	1.303	1.248	230	208	R\$629,00	R\$482,7
Vale do Rio Doce	522	645	43	74	R\$291,00	R\$557,5
Oeste de Minas	78	1.706	19	93	R\$721,00	R\$9.243,6
Sul/Sudoeste de Minas	322	442	138	334	R\$303,00	R\$941
Campo das Vertentes	284	331	131	192	R\$222,00	R\$781,7
Zona da Mata	2.238	3.350	1.236	1.257	R\$1.295,00	R\$578,6

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Norte de Minas (8.349 estabelecimentos), Jequitinhonha (5.042 estabelecimentos), Vale do Mucuri (1.262 estabelecimentos) e Metropolitana de Belo Horizonte (744 estabelecimentos) são as mesorregiões mais representativas de Minas Gerais na produção de farinha de mandioca (Tabela 13). Das 19.640 toneladas de farinha de mandioca produzida no ano de 2006 em Minas, aproximadamente 88,6% foi gerada no próprio estabelecimento. No estado 16.754 estabelecimentos informaram desenvolver a produção de farinha de mandioca, a qual obteve um valor da produção de R\$16.069.000,00 com média de R\$959,10 por estabelecimento.

O valor da produção por estabelecimento da produção de farinha de mandioca no estado atingiu o valor de R\$959,10. Das quatro mesorregiões mineiras apontadas como sendo mais representativas na produção de farinha de mandioca, apenas Jequitinhonha e a região metropolitana de Belo Horizonte apresentaram um valor médio da produção superior ao obtido pelo estado, R\$1.491,10 e R\$1.291,70, respectivamente.

Já da produção de tapioca e/ou goma (Tabela 14) tem-se que Norte de Minas (3.261 estabelecimentos), Jequitinhonha (1.270 estabelecimentos), Vale do Mucuri (308 estabelecimentos) e Noroeste de Minas (123 estabelecimentos) são as principais regiões produtoras desse produto. Um ponto de destaque está para a mesorregião Jequitinhonha, uma vez que, mesmo sendo a segunda em número de estabelecimentos esta região obteve o maior valor da produção, R\$ 4.113.000. O valor médio da produção de tapioca e/ou goma em Minas alcançou R\$1.346,4, sendo que as mesorregiões que superaram esse valor foram: Jequitinhonha (R\$3.238,6), T. Mineiro/Alto Paranaíba (R\$1.741,1) e M. de Belo Horizonte (R\$1.571,4).

**Tabela 13 - Produção e valor da produção de Farinha de Mandioca segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Venda (t)	Valor da produção (1 000 R\$)	Valor médio
		Própria (t)	Adquirida (t)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>16.754</b>	<b>17.396</b>	<b>2.244</b>	<b>10.712</b>	<b>R\$16.069,00</b>	<b>R\$959,1</b>
Noroeste de Minas	593	1.229	222	992	R\$1.225,00	R\$2.065,8
Norte de Minas	8.349	7.196	787	3.818	R\$5.103,00	R\$611,2
Jequitinhonha	5.042	7.205	1.054	4.593	R\$7.518,00	R\$1.491,1
Vale do Mucuri	1.262	549	57	341	R\$649,00	R\$514,3
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	186	211	9	175	R\$281,00	R\$1.510,8
Central Mineira	79	44	11	42	R\$57,00	R\$721,5
Metropolitana de Belo Horizonte	744	778	65	599	R\$961,00	R\$1.291,7
Vale do Rio Doce	281	116	17	82	R\$168,00	R\$597,9
Oeste de Minas	118	39	14	44	R\$74,00	R\$627,1
Sul/Sudoeste de Minas	12	2	4	5	R\$3,00	R\$250,0
Campo das Vertentes	26	20	-	14	R\$23,00	R\$884,6
Zona da Mata	62	6	3	7	R\$9,00	R\$145,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

**Tabela 14 - Produção e valor da produção de Tapioca e/ou Goma, segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Quantidade vendida (t)	Valor da produção (1 000 R\$)	Valor médio
		Própria (t)	Adquirida (t)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>5.121</b>	<b>4.221</b>	<b>670</b>	<b>3.708</b>	<b>R\$6.895,00</b>	<b>R\$1.346,4</b>
Noroeste de Minas	123	28	5	18	R\$47,00	R\$382,1
Norte de Minas	3.261	1.731	158	1.360	R\$2.347,00	R\$719,7
Jequitinhonha	1.270	2.227	471	2.149	R\$4.113,00	R\$3.238,6
Vale do Mucuri	308	90	18	88	R\$168,00	R\$545,5
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	112	130	11	74	R\$195,00	R\$1.741,1
Central Mineira	7		3	3	R\$1,00	R\$142,9
Metropolitana de Belo Horizonte	7	6	5	10	R\$11,00	R\$1.571,4
Vale do Rio Doce	29	6		6	R\$13,00	R\$448,3
Oeste de Minas	2	x	x	x	x	-
Sul/Sudoeste de Minas	1	x	x	x	x	-
Campo das Vertentes	-	-	-	-	-	-
Zona da Mata	1	x	x	x	x	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Da Tabela 15 vemos que 18.311 estabelecimentos em Minas Gerais informaram produzir Queijo e/ou Requeijão e dentre as suas principais regiões produtoras estão Norte de Minas (3.896), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3.693), Metropolitana de Belo Horizonte (1.944) e Jequitinhonha (1.594). O valor da produção atingiu R\$157.116.000,00 com média de R\$8.580,4 por estabelecimento. Analisando a produção de leite vemos que, no estado, 223.073 estabelecimentos indicaram desenvolver essa atividade, a qual obteve o valor da produção de R\$2.532.881.405 com média de R\$11.354,50 por estabelecimento. E se compararmos o valor médio da produção obtido por essas duas atividades não veremos uma diferença muito relevante.

**Tabela 15 - Produção e valor da produção de Queijo e/ou Requeijão, segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Venda (t)	Valor da produção (1 000 R\$)	Valor médio
		Própria (t)	Adquirida (t)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>18.311</b>	<b>38.127</b>	<b>4.263</b>	<b>38.479</b>	<b>R\$157.116,00</b>	<b>R\$8.580,4</b>
Noroeste de Minas	1.476	3.357	343	2 982	R\$13.278,00	R\$8.995,9
Norte de Minas	3.896	3.123	245	2 672	R\$11.702,00	R\$3.003,6
Jequitinhonha	1.594	1.261	244	1 184	R\$6.020,00	R\$3.776,7
Vale do Mucuri	272	272	101	350	R\$1.260,00	R\$4.632,4
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3.693	13.708	1.720	14 436	R\$55.148,00	R\$14.933,1
Central Mineira	231	298	24	301	R\$1.420,00	R\$6.147,2
Metropolitana de Belo Horizonte	1.944	3.446	109	3 086	R\$13.965,00	R\$7.183,6
Vale do Rio Doce	1.532	3.478	400	3 668	R\$13.168,00	R\$8.595,3
Oeste de Minas	1.315	4.669	203	4 823	R\$19.564,00	R\$14.877,6
Sul/Sudoeste de Minas	1.083	2.247	678	2 770	R\$11.225,00	R\$10.364,7
Campo das Vertentes	313	833	20	733	R\$3.576,00	R\$11.424,9
Zona da Mata	962	1.435	174	1 474	R\$6.790,00	R\$7.058,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Na Tabela 16 tem-se que Norte de Minas (1.998 estabelecimentos), Jequitinhonha (748 estabelecimentos), Vale do Rio Doce (427 estabelecimentos) e Metropolitana de Belo Horizonte (412 estabelecimentos) são as principais regiões que produzem rapadura no território mineiro.

**Tabela 16 - Produção e valor da produção de Rapadura, segundo UF e Mesorregião - 2006**

UF e Mesorregião	Estabelecimentos	Produção com matéria-prima		Quantidade vendida (t)	Valor da produção (1 000 R\$)	Valor médio
		Própria (t)	Adquirida (t)			
<b>Minas Gerais</b>	<b>4.330</b>	<b>6.552</b>	<b>522</b>	<b>5.808</b>	<b>R\$8.175,00</b>	<b>R\$1.888,0</b>
Noroeste de Minas	204	153	28	155	R\$337,00	R\$1.652,0
Norte de Minas	1.998	1.840	183	1.559	R\$2.328,00	R\$1.165,2
Jequitinhonha	748	336	18	185	R\$572,00	R\$764,7
Vale do Mucuri	44	16	2	11	R\$23,00	R\$522,7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	103	1.085	29	1.107	R\$1.361,00	R\$13.213,6
Central Mineira	29	35	6	39	R\$64,00	R\$2.206,9
Metropolitana de Belo Horizonte	412	1.340	105	1.396	R\$1.002,00	R\$2.432,0
Vale do Rio Doce	427	622	50	263	R\$975,00	R\$2.283,4
Oeste de Minas	34	268	5	268	R\$403,00	R\$11.852,9
Sul/Sudoeste de Minas	39	277	36	272	R\$518,00	R\$13.282,1
Campo das Vertentes	12	11	2	8	R\$19,00	R\$1.583,3
Zona da Mata	280	569	57	546	R\$572,00	R\$2.042,9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração dos Autores.

Nesse período o valor da produção de rapadura atingiu R\$8.175.000,00, com média de R\$1.888 por estabelecimento. Sendo que, das mesorregiões mineiras apontadas como sendo mais representativas na produção de rapadura, apenas Norte de Minas (R\$1.165,2) e Jequitinhonha (R\$764,7) apresentaram um valor médio da produção menor ao obtido pelo estado.

Da análise acima vemos que a importância relativa dos produtos, portanto, se altera nas diversas regiões. Esta constatação aponta, entre outras coisas, para especificidades regionais da indústria rural. Vimos também que as mesorregiões mais pobres, Norte de Minas e Jequitinhonha, estiveram presentes em quase todas as quatro mais importantes regiões em termos de número de estabelecimento dentre as atividades analisadas. Por isso, existe na agricultura destas mesorregiões uma experiência de desenvolver atividades relacionadas à transformação de produtos da agropecuária, com vistas a agregar valor, que poderia ser fomentada visando promover seu desenvolvimento.

Como já fora ressaltado a concentração da produção dos produtos da indústria rural em Minas nestas regiões tem várias explicações. Ocorre principalmente pelas condições edafoclimáticas regionais que impedem o desenvolvimento de algumas atividades produtivas, o que impossibilita ou torna precários, o desenvolvimento de atividades tradicionais. Pois, conforme Fernandes Filho (2007) a produção de milho se concentra basicamente no Triângulo

Mineiro/Alto Paranaíba, no Sul/Sudoeste e no Campo das Vertentes. Já no caso da produção de café, vemos que ela está concentrada nas mesorregiões do Sul/Sudoeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Oeste de Minas. Além disso, as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Sul/Sudoeste de Minas e do Oeste de Minas é que concentram a produção de leite e vale ressaltar que esta é a atividade econômica que está mais distribuída em todo o estado. E, por fim, segundo o autor, a soja teve sua produção concentrada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas. Contrariamente a produção de leite, a soja aparece como sendo, das atividades econômicas analisadas, a que apresenta maior concentração no que se refere ao número de estabelecimentos produtores nas mesorregiões mineiras.

Desta análise vemos que a concentração nas mesorregiões mineiras dos produtos da agroindústria analisados não é coincidente com a concentração da produção de alguns produtos tradicionais aqui estudados (milho, café, leite e soja). Deste modo podemos dizer que a escolha dos produtores em desenvolver as atividades da agroindústria leva em consideração mais que condições tradicionais e/ou culturais.

Por fim, das atividades da indústria rural analisadas a aguardente de cana é a que apresenta o maior valor médio da produção (R\$9.610,00). Em segundo lugar está à produção de queijo e/ou requeijão (R\$ 8.580,4) e em terceiro a produção de rapadura (R\$ 1.888,0). Mas, para os produtos tradicionais, vemos que o milho obteve o maior valor médio da produção por estabelecimento, aproximadamente R\$ 8.628,10, que é um valor abaixo do obtido pela cachaça.

Portanto, podemos perceber que, nestas circunstâncias as atividades rurais não-agrícolas se tornam principalmente para as famílias agricultoras, a fonte essencial de sobrevivência e reprodução. Dado que apresenta uma função substancial no que diz respeito à segurança alimentar e econômica dessas famílias.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste texto foi demonstrada a importância, as contribuições e os problemas enfrentados pela agricultura familiar no que diz respeito a uma melhoria das condições de vida das populações rurais. O estudo mostrou, por exemplo, que mesmo com tantas dificuldades os agricultores familiares obtêm uma renda total considerável o que confirma a sua potencialidade, indicando que sua produção não é exclusivamente para sua sobrevivência. Observou-se que as famílias agricultoras estudadas demonstraram maior eficácia no processo de geração de

ocupação. Pois ela ultrapassa a agricultura tradicional no número de ocupações por ha. Ou seja, é eficiente no modo de utilização da área que ocupa, visto que pode “empregar” mais pessoas por unidade de área.

Tudo isso vem evidenciar mais uma vez a relevância do setor agrícola familiar principalmente como fornecedor de alimentos e gerador de ocupações, incumbindo ao Estado medidas que tendam à ascensão do desenvolvimento da agricultura familiar, ao melhoramento de condições de vida e de trabalho no espaço rural. Deste modo, ao expor a realidade e as potencialidades da agricultura familiar para o meio rural, acreditamos que ela pode ser encarada como uma opção positiva para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura.

Procurou-se mostrar que a lógica do desenvolvimento da agroindústria familiar está fundada principalmente em objetivos que procuram a redução da pobreza, do êxodo rural, da exclusão social, do desemprego. Pois, o desenvolvimento rural é necessário para que as pessoas que residem no campo consigam viver e trabalhar nesse ambiente com acesso a serviços e a infra-estruturas adequadas para a garantia de uma vida digna e saudável. E sabemos que, ao se promover o desenvolvimento do meio rural isso levará ao estímulo ao desenvolvimento das cidades, que proporcionam mercados maiores aos produtos agrícolas.

Além disso, buscou-se evidenciar a importância que a agroindústria rural tem para as famílias agricultoras. Pois, esta pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, via ampliação e diversificação da renda, por um maior emprego da mão-de-obra familiar, capacitação dos produtores, valorização histórico-cultural, e pela conscientização do uso racional dos recursos naturais. Além do mais, destacou-se que o impulso dado às agroindústrias rurais artesanais, por exemplo, ao contribuir para redução do êxodo rural impacta de forma indireta em problemas econômicos, sociais e ambientais vividos pelos grandes centros urbanos decorrentes das migrações. Sendo assim, a agroindustrialização atua como vetor de manutenção da população no seu local de origem. Mas para que isto ocorra existe a necessidade de se instituir condições mínimas para a permanência do agricultor na atividade agrícola.

Os resultados nos mostraram a representatividade social e econômica da agricultura familiar no estado de Minas Gerais. Indicando-se políticas de apoio a uma estratégia eficaz na procura pela concretização de uma vida mais honrosa para as famílias do meio rural. E também ações que visem especialmente motivar aquelas regiões em que as condições naturais não beneficiam o desenvolvimento das atividades rurais. Pois, melhorando a viabilidade dessas

atividades tem-se uma maior eficiência econômica, o que possibilita um melhor rendimento e conseqüentemente melhores condições de vida. Vimos também que muitos dos fatores que influenciam no funcionamento destes empreendimentos está ligado a questões da legislação fiscal, ambiental, sanitária e previdenciária. Sendo assim, é preciso que se aprimorem estas questões para que se consiga garantir a eficiência e competitividade das agroindústrias rurais artesanais mineiras.

Por fim, a mudança observada no número de agroindústrias rurais artesanais em Minas Gerais, isto é, a sua diminuição, é explicada em parte devido à redução no número de pessoal ocupado na agricultura, que se apresenta significativamente maior no estado de Minas Gerais. E uma vez que, estas atividades são intensivas em mão-de-obra elas acabam sendo mais afetadas com a redução do pessoal ocupado na agricultura. Diferentemente das atividades agrícolas tradicionais que não foram tão afetadas dado o intenso processo de modernização que a agricultura tem passado. Outro fator que pode contribuir para a queda das atividades da agroindústria está relacionado ao aumento do custo de produção no meio rural e também a pequena efetividade de programas de apoio ao setor. Por isso, é importante que se estimule a formulação de políticas diferenciadas de apoio à agroindústria rural, voltadas especialmente para assistência técnica, crédito, pesquisa, financiamento, e comercialização da produção. Mas principalmente é preciso que os programas de apoio as agroindústrias rurais familiares atente para as especificidades locais das agroindústrias.

## **5. REFERÊNCIAS**

- ABRAMOVAY, R; Agricultura familiar y desarrollo territorial - Reforma agraria -Colonización, Cooperativas – FAO – 2001, vol. 1, pp. 28-43.
- ARAÚJO, F. C.; NASCIMENTO, E. P. - O papel do estado na promoção da sustentabilidade da agricultura. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004, *on-line* ([www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)).
- BNDES. Programas. Disponível em: [www.bndes.gov.br/programas/programas.asp](http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp). Acesso em: 21/10/08.
- BÚRIGO, F. L. 2003. Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? In: PAULO, Maria I. S. e SCHMIDT, Wilson (Orgs) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, p.237-264.

CAMPOS, F. R.; FERNANDES FILHO, J. F.; OLIVEIRA, I. M.. A Indústria Rural como Alternativa de Renda para a Agricultura Familiar em Minas Gerais. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 1999. v. 1. p. 1-10.

ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL 2008. 3. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA: DIEESE, 2008, 280 p.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R.. A Indústria Rural no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília - DF, v. 41, n. 4, p. 859-880, 2003.

FERNANDES FILHO, J. F.; Indústria Rural no Brasil e no Nordeste: Uma Contribuição para o Debate sobre o Desenvolvimento do Espaço Rural. In: XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2001, Salvador. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Campinas- SP: ANPEC, 2001. v. 1. p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Transformações Recentes no setor de produção de cachaça artesanal de Minas Gerais: explicações e impactos. Relatório do Projeto de Pesquisa. 2007, 75 p.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A.. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. 96 p.; 20cm. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>. Acesso em: 18/06/2010.

GUANZIROLI, C. E. Agroindústria Rural no Brasil: experiências bem e mal sucedidas. In: Textos para discussão - TD 261, UFF/ECONOMIA. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: [http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD261.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD261.pdf). Acesso em: 20/06/2010.

GUANZIROLI, C. E. & CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.s). Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto. Brasília, INCRA/FAO. 2000, 74p.. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/arquivos/0176102183.pdf>. Acesso em: 07/01/2009.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. [et al.]. PIB da Agricultura familiar: Brasil – Estados. Brasília: MDA, 2007, 172 p. (NEAD Estudos; 19).

IBGE. Censo Agropecuário. Disponível em: [http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/conceitos.shtm](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/conceitos.shtm). Acesso em: 25/01/09.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009 a.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MPOG, 2009 b.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006 - Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006, p.1-141.

MDA. Portal da Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: [www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=386](http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=386). Acesso em: 21/10/08.

MARTINS, T. O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 382, 24 jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5490>. Acesso em: 15/01/2009.

MAZZETTO, C. E. S. Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: subsídios para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2001. v. 1. 114 p.

Perfil de Minas Gerais, 2008 - A Guide to the Economy of Minas Gerais. Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Fundação João Pinheiro. 12. ed. Belo Horizonte: CBMM, 2008, 376p.

OLIVEIRA, E. R. de; RIBEIRO, E. M. Indústria Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas – Minas Gerais. X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2002, 17 p. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D23.PDF>. Acesso em: 21/06/2010.

ROCHA, M. B.; VICENTE, M. C. M. Evolução da Indústria Rural Paulista, 2001-2005. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 3, n. 6, jul. 2008. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-35-2008.pdf>. Acesso em: 15/03/2010.

RUIZ, M. S.; VENTURINI, V.; CAMBERLIN, W.; LYRA, J. R. M.; UCHOA JUNIOR, P. P. M.. Agroindústria familiar de Londrina - PR. UNOPAR Científica. Ciências Jurídicas e Empresariais, v. 3, p. 7-14, 2002. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irigacao/Docs/Agroindustria%20Familiar%20de%20Londrina-PR.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Agroindustria%20Familiar%20de%20Londrina-PR.PDF). Acesso em: 21/06/2010.

SADE. Banco de Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://200.252.80.30/sade/>. Acesso em: 07/01/09.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Teoria social, Agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003, v. 18, n. 51, p. 99-121. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em: 20/06/2009.

SOUSA, L. S. O turismo rural: instrumento para desenvolvimento sustentável. Edição eletrônica. 2006. Disponível em: [www.eumed.net/libros/2006c/194/](http://www.eumed.net/libros/2006c/194/). Acesso em: 20/10/2008.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. In: Revista de Política Agrícola - Ano VII - n. 01 - Jan-Fev-mar, 1998, p. 11-23.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. As agroindústrias artesanais de cachaça como instrumento de reprodução social dos agricultores familiares das Missões do Rio Grande do Sul - Brasil. In: VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito-Ecuador. Anais..., 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/22%20GT%20Valdemar%20Jo%C3%A3o%20Wesz%20Junior,%20Iran%20Carlos%20Luis%20Trentin.pdf>. Acesso em: 05/09/2008.

YOUNG, B. J.. Pólo agroindustrial municipal como estratégia de desenvolvimento: o caso de Mogi Guaçu. Campinas. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, 2004. 217 p. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000330551&fd=y>. Acesso em: 07/05/2010.